

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos

Acionistas e Diretores da

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 16 de março de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
Contadora CRC-1SP214160/O-5

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Balanco patrimonial

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	9.672	1.746
Concessionárias e Permissionárias	5	2.259	1.750
Serviços em Curso		598	661
Tributos Compensáveis		7	278
Despesas Pagas Antecipadamente		2	2
Outros Ativos Circulantes		125	123
Ativo Não Circulante			
Concessionárias e Permissionárias	5	291	286
Outros Ativos Não Circulantes		2.976	2.977
Imobilizado	6.1	62.560	65.064
Intangível	6.2	460	477
Total do Ativo		<u>78.950</u>	<u>73.364</u>

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores		1.210	294
Obrigações Sociais e Trabalhistas		360	403
Tributos		646	673
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		6.798	-
Encargos Setoriais		982	1.084
Outros Passivos Circulantes		23	19
Passivo Não Circulante			
Tributos Diferidos		315	284
Total do Passivo		<u>10.334</u>	<u>2.757</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	8.1	74.744	83.744
Reservas de Lucros	8.2	14.004	12.573
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais (Prejuízos) Acumulados	8.2	20.395 (40.527)	7.271 (32.981)
Total do Patrimônio Líquido		<u>68.616</u>	<u>70.607</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>78.950</u>	<u>73.364</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		30.864	28.807
(-) Parcela Variável		(188)	-
Tributos			
PIS-PASEP		(200)	(187)
COFINS		(922)	(864)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(284)	(266)
Reserva Global de Reversão – RGR		(798)	(749)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(123)	(115)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	9	<u>28.349</u>	<u>26.626</u>
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		<u>28.349</u>	<u>26.626</u>
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	10	(1.762)	(1.996)
Material		(51)	(105)
Serviços de Terceiros		(1.559)	(346)
Arrendamento e Aluguéis		(61)	(57)
Seguros		(16)	(17)
Doações, Contribuições e Subvenções		(2)	(55)
Provisões		-	-
Tributos		(22)	(18)
Depreciação e Amortização		(2.732)	(2.784)
Outras Receitas Operacionais		2	14
Resultado da Atividade		<u>22.146</u>	<u>21.262</u>
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(60)	(121)
Receitas Financeiras		114	509
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		<u>22.200</u>	<u>21.650</u>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(1.121)	(1.036)
Lucro Líquido do Exercício		<u>21.079</u>	<u>20.614</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro Líquido do Exercício	21.079	20.614
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>21.079</u>	<u>20.614</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas legal	Reservas de Retenção de Lucro	Proposta de distribuição de dividendos Adicionais	Prejuízos acumulados (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	83.744	7.178	4.229	12.662	(30.152)	77.661
Dividendos Adicionais aprovados	-	-	-	(12.662)	-	(12.662)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.613	20.613
Destinação Proposta à A.G.O.:						
Reserva Legal	-	1.172	-	-	(1.172)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(14.999)	(14.999)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	7.271	(7.271)	-
Pagamentos de Dividendos sobre Lucros Retidos	-	-	(6)	-	-	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	83.744	8.350	4.223	7.271	(32.981)	70.607
Aumento de Capital Social	(9.000)	-	-	-	-	(9.000)
Dividendos Adicionais aprovados	-	-	-	(7.271)	-	(7.271)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.079	21.079
Destinação Proposta à A.G.O.:						
Reserva Legal	-	1.431	-	-	(1.431)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(6.799)	(6.799)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	20.395	(20.395)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	74.744	9.781	4.223	20.395	(40.527)	68.616

(*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na NE 13.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	21.079	20.613
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	27	49
Depreciação	2.704	2.735
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.148	1.036
Juros e Variações Monetárias	-	24
Outros	(2)	217
	24.956	24.674
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionários e Permissionárias	(199)	120
Imposto de Renda e Contribuição Social	234	(212)
Outros	63	(395)
	98	(487)
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	(102)	(44)
Fornecedores	916	265
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(43)	65
Tributos	(335)	(192)
Outros	(308)	86
	128	180
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(775)	(797)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	24.407	23.570
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(201)	(404)
Intangível	(9)	(6)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(210)	(410)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos	(7.271)	(27.668)
Redução de Capital	(9.000)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADOS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(16.271)	(27.668)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.926	(4.508)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	1.746	6.254
No fim do exercício	9.672	1.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a LUMITRANS Companhia Transmissora de Energia Elétrica, está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão						
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP n	índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Ciclo do degrau
007/2004	30	2034	31.841	IGPM	out/07	2022-2023

Em 03 de outubro de 2007, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil - Continuação

1.1. Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, e visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos. A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IGP-M) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 13, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 30 de abril de 2021.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias - Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na Nota 13, para melhor entendimento do leitor.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos Equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários e Investimentos temporários.

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam o Caixa e Concessionárias e Permissionárias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias - Continuação

3.2. Imobilizado e intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, sendo posteriormente mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Fornecedores e debêntures são classificados como outros passivos financeiros, com a mensuração subsequente ao custo amortizado.

3.4. Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias - Continuação

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.5.1. Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.6. Tributação

3.6.1. Impostos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%;

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias - Continuação

3.6.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2020, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.7. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.7.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias - Continuação

3.7.2. Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.8. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.9. Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

4. Caixa, equivalentes de caixa e investimento temporários

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	31/12/2020		31/12/2019	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	9.672	9.672	1.746	1.746
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.672	9.672	1.746	1.746

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Concessionárias e Permissionárias

5.1. Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES					
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA				
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	TOTAL 2020	TOTAL 2019
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.259	3	4	284	2.550	2.036
TOTAL	2.259	3	4	284	2.550	2.036
				Circulante	2.259	1.750
				Não Circulante	291	286

Os clientes vencidos a mais de 360 dias são monitorados pela Companhia e até o momento não houve a conclusão de que devemos constituir uma provisão para perdas nesse caso.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imobilizado

6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Transmissão	91.788	-	-	-	-	-	(34.986)	56.802	59.503
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	152	-	-	-	-	-	(58)	94	99
Máquinas e Equipamentos	91.319	-	-	-	-	-	(34.643)	56.676	59.352
Veículos	292	-	-	-	-	-	(266)	26	44
Móveis e Utensílios	25	-	-	-	-	-	(19)	6	8
Administração	71	-	-	-	-	-	(52)	19	24
Máquinas e Equipamentos	71	-	-	-	-	-	(52)	19	24
Subtotal	91.859	-	-	-	-	-	(35.038)	56.821	59.527

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Transmissão	5.518	192	-	-	5.710	192	-	5.710	5.518
Máquinas e Equipamentos	1.201	72	-	-	1.273	72	-	1.273	1.201
Material em depósito	2.948	120	-	-	3.068	120	-	3.068	2.948
Outros	1.369	-	-	-	1.369	-	-	1.369	1.369
Administração	19	10	-	-	29	10	-	29	19
Máquinas e Equipamentos	11	10	-	-	21	10	-	21	11
Outros	8	-	-	-	8	-	-	8	8
Subtotal	5.537	202	-	-	5.739	202	-	5.739	5.537
Total do Ativo Imobilizado	97.396	202	-	-	97.598	202	(35.038)	62.560	65.064

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.2. A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Serviço							
Transmissão	494	-	494	-	(103)	391	417
Servidões	365	-	365	-	-	365	365
Softwares	129	-	129	-	(103)	26	52
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Administração	157	-	157	-	(155)	2	3
Softwares	115	-	115	-	(113)	2	3
Outros	42	-	42	-	(42)	-	-
Subtotal	651	-	651	-	(258)	393	420
Ativo Intangível em Curso							
Transmissão	54	-	56	2	-	56	54
Softwares	42	2	44	2	-	44	42
Outros	12	-	12	-	-	12	12
Administração	3	8	11	8	-	11	3
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3	8	11	8	-	11	3
Subtotal	57	8	67	10	-	67	57
Total do Ativo Intangível	708	8	718	10	(258)	460	477

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2020		31/12/2019
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Transmissão	2,95%	91.788	(34.986)	56.802
Custo Histórico	2,95%	91.788	(34.986)	56.802
Administração	11,13%	71	(52)	19
Custo Histórico	11,13%	71	(52)	19
		91.859	(35.038)	5.710
Em curso				
Transmissão	-	5.710	-	5.710
Administração	-	29	-	29
		5.739	-	5.739
		97.598	(35.038)	62.560
				59.527
				65.064

6.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	82	-	82
Material em Depósito	-	-	-
Compras em Andamento	120	-	120
Total das Adições	202	-	202

6.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)	
Transmissão	
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Provisões para Litígios

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possui demandas judiciais e administrativas classificados como probabilidade de perda "provável", por isso, não contabilizou qualquer provisão. Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificadas como "possível" têm valor estimado de R\$302 referente a 2 processos de natureza trabalhista e 1 processo tributário (R\$126 em 31 dezembro de 2019 que se refere a 1 processo tributário).

8. Patrimônio Líquido

8.1. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 74.744 (R\$83.744 em 31 de dezembro de 2019), representado por 72.012 ações ordinárias, sem valor nominal.

Acionistas	Ordinárias	%	Total	%
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	57.610	80,00	57.610	80,00
Alupar Investimento S.A.	10.801	15,00	10.801	15,00
Auto Invest Inspeções Técnicas de Veículos Ltda.	3.601	5,00	3.601	5,00
			-	
	72.012	100,00	72.012	100,00

8.2. Reservas de lucros

	31/12/2020	31/12/2019
Reservas de lucros		
Reserva legal	9.781	8.350
Reserva de retenção de lucros	4.223	4.223
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	20.395	7.271
	34.399	19.844

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros: Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Receita Operacional Bruta e Líquida

Receita Líquida	31/12/2020	31/12/2019
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	30.864	28.807
(-) Parcela Variável	(188)	-
Programa de Integração Social – PIS	(200)	(187)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(922)	(864)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(284)	(266)
Reserva Global de Reversão – RGR	(798)	(749)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(123)	(115)
Total	28.349	26.626

9.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória n. 2.725, de 14 de julho de 2020, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2020, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um acréscimo de 6,50%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2020 (com data-base em 2019) e a próxima será em 1 de julho de 2024.

10. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	1.762	1.975
Remuneração	992	1.084
Encargos	328	373
Previdência privada	47	44
Assistência médica	102	92
Despesas rescisórias	-	33
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	180	203
Outros	113	146
Administradores	-	21
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	-	5
Benefícios dos administradores	-	16
Total	1.762	1.996

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional ajustada	30.676	30.676	28.807	28.807
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	2.454	3.681	2.305	3.457
Receitas financeiras	114	114	509	509
Base de cálculo	2.568	3.795	2.814	3.966
	15 % e		15 % e	
Alíquotas utilizadas para o cálculo	10%	9%	10%	9%
	618	342	678	357
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	100	61	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	718	403	678	357

12. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

13. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstração do resultado, Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Durante o exercício corrente, a administração procedeu a reclassificação dos montantes de adiantamentos de clientes que estavam registrados na rubrica de outros passivos para a rubrica de concessionárias e permissionárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2020			31/12/2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.672	-	9.672	1.746	-	1.746
Concessionárias e Permissionárias	2.259	-	2.259	1.750	-	1.750
Serviços em Curso	598	-	598	598	423	661
Ativo contratual da concessão	-	26.271	26.271	-	22.887	22.887
Tributos Compensáveis	7	-	7	278	-	278
Despesas Pagas Antecipadamente	2	-	2	2	-	2
Outros Ativos Circulantes	125	-	125	123	-	123
Ativo Não Circulante						
Concessionárias e Permissionárias	291	-	291	286	-	286
Ativo contratual da concessão	-	88.389	88.389	-	86.206	86.206
Outros Ativos Não Circulantes	2.976	-	2.976	2.977	-	2.977
Imobilizado	62.560	(62.435)	125	65.064	(64.911)	153
Intangível	460	(449)	11	477	(473)	4
						-
Total do Ativo	78.950	51.776	130.726	73.364	43.286	117.073

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2020			31/12/2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo Circulante						
Fornecedores	1.210	-	1.210	294	-	294
Arrendamento mercantil		35	35	-	36	36
Obrigações Sociais e Trabalhistas	360	-	360	403	-	403
Tributos	646	-	646	673	-	673
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio (*)	6.798	-	6.798	-	-	-
Encargos Setoriais	982	-	982	1.084	-	1.084
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos		1.747	1.747	-	1.522	1.522
Outros Passivos Circulantes	24	-	24	19	-	19
Passivo Não Circulante						
Arrendamento mercantil		58	58	-	79	79
Tributos Diferidos	314	3.531	3.845	284	3.359	3.643
Contribuições e encargos regulatórios diferidos		5.878	5.878	-	5.732	5.732
Total do Passivo	10.334	11.249	21.583	2.757	10.728	13.485
Patrimônio Líquido						
Capital Social	74.744	-	74.744	83.744	-	83.744
Reserva de lucros	14.004	-	14.004	12.573	32.981	12.573
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	20.395	-	20.395	7.271	-	7.271
Prejuízos Acumulados	(40.527)	40.527	-	(32.981)	32.981	-
Total do Patrimônio Líquido	68.616	40.527	109.143	70.607	32.981	103.588
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	78.950	51.776	130.726	73.364	43.709	117.073

(*) As nomenclaturas destas contas estão sendo apresentados em conformidade ao MCSE e correspondem, nas demonstrações contábeis societárias, à Dividendos a.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2020			31/12/2019			A
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Operações							
Receita / Ingresso							
Disponibilização do Sistema de Transmissão	30.864	(30.847)	17	28.807	(27.987)	820	
Receita de Operação e Manutenção	-	13.999	13.999	-	13.221	13.221	
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	(10.892)	(10.892)	-	3.271	3.271	
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	33.307	33.307	-	14.685	14.685	
(-) Parcela Variável	(188)	-	(188)	-	-	-	
Tributos							
PIS-PASEP	(200)	(36)	(236)	(187)	(20)	(207)	
COFINS	(922)	(165)	(1.087)	(864)	(95)	(959)	
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(284)	-	(284)	(266)	-	(266)	
Reserva Global de Reversão - RGR	(798)	(144)	(942)	(749)	(82)	(831)	
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(123)	(22)	(145)	(115)	(13)	(128)	
Receita Líquida / Ingresso Líquido	28.349	5.200	33.549	26.626	2.980	29.606	
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	28.349	5.200	33.549	26.626	2.980	29.606	
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e Administradores	(1.762)	-	(1.762)	(1.996)	-	(1.996)	
Material	(51)	(194)	(245)	(105)	(2.791)	(2.896)	
Serviços de Terceiros	(1.559)	-	(1.559)	(346)	-	(346)	
Arrendamento e Aluguéis	(61)	41	(20)	(57)	33	(24)	
Seguros	(16)	-	(16)	(17)	-	(17)	
Doações, Contribuições e Subvenções	(2)	-	(2)	(55)	-	(55)	
Provisões	-	-	-	-	-	-	
Tributos	(22)	-	(22)	(18)	-	(18)	
Depreciação e Amortização	(2.732)	2.692	(40)	(2.784)	2.729	(55)	
Outras Receitas Operacionais	2	(2)	-	13	(13)	-	
Resultado da Atividade	22.146	7.737	29.883	21.261	2.938	24.199	
Resultado Financeiro							
Despesas Financeiras	(60)	(20)	(80)	(121)	(11)	(132)	
Receitas Financeiras	114	-	114	509	-	509	
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	22.200	7.717	29.917	21.649	2.927	24.576	
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(1.121)	(171)	(1.292)	(1.036)	(98)	(1.133)	
Resultado Líquido do Exercício	21.079	7.546	28.625	20.613	2.829	23.443	

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstração do resultado, Regulatório e Societário - Continuação

13.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

Adoção do Ofício circular CVM 04/2020

Em 1º de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular 04/20 que orienta quanto às práticas contábeis introduzidas com a adoção do CPC 47 e do CPC48 a serem observados pelas Companhias transmissoras de energia elétrica. Os principais aspectos são: (i) atribuição de margens para o reconhecimento das receitas oriundas das obrigações de performance de construção e de operação e manutenção; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto do fluxo financeiro dos ativos contratuais da concessão, obtido após a atribuição das respectivas margens (iii) segregação em rubrica específica na demonstração de resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; (iv) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adequou suas práticas contábeis, revisitou as taxas de descontos do ativo contratual, em comparação com a prática anterior, e não identificou nenhum ajuste relevante no resultado do exercício, relativo a exercícios anteriores, advindo dos aspectos mencionados, dado que desde a adoção inicial do CPC 47, a LUMI já adotava margens tanto na receita de construção quanto na receita de operação e manutenção.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstração do resultado, Regulatório e Societário - Continuação

13.1.2. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente . De forma que este valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

13.1.3. Ativo contratual da concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, de 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGP-M.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstração do resultado, Regulatório e Societário - Continuação

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta "Contribuições e encargos regulatórios diferidos" no passivo não circulante.

13.1.4. Custo de infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

13.1.5. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos não serão refletidas para fins regulatórios.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstração do resultado, Regulatório e Societário - Continuação

13.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	109.143	103.588
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(51.697)	(43.483)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	14	(111)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	11.156	10.613
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>68.616</u>	<u>70.607</u>

13.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	28.625	23.443
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(7.670)	(2.879)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	(47)	(48)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	171	97
Lucro líquido regulatório	<u>21.079</u>	<u>20.613</u>